

MUSEU DE TOPOGRAFIA PROF. LAUREANO IBRAHIM CHAFFE
DEPARTAMENTO DE GEODÉSIA - UFRGS

OS 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Texto original: **Wikipédia, a enciclopédia livre.**

Março/2022

Ampliação e ilustrações: **Iran Carlos Stalliviere Corrêa-IG/UFRGS**



Independência ou Morte, do pintor paraibano Pedro Américo (óleo sobre tela, 1888).

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7e/Pedro_Am%C3%A9rico_-_Independ%C3%Aancia_ou_Morte_-_Google_Art_Project.jpg/250px-Pedro_Am%C3%A9rico_-_Independ%C3%Aancia_ou_Morte_-_Google_Art_Project.jpg)

A **Independência do Brasil** compreende o processo histórico da separação do Brasil de Portugal, que se desenvolveu de 1821 a 1825, colocando em violenta oposição, entre as duas partes, dentro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, instaladas em 1820, como consequência da Revolução Liberal do Porto, tomam decisões, a partir de 1821, que tinham como objetivo reduzir a autonomia adquirida pelo Brasil, o que na prática o faria retornar ao seu antigo estatuto colonial.

Antes do processo de **independência do Brasil**, ocorreu a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Em 1807, o exército francês invadiu o Reino de Portugal, que se recusava a participar do bloqueio continental contra o Reino Unido. Incapaz de resistir ao ataque, a família real e o governo português fugiram para o Brasil, que era então a mais rica e desenvolvida das colônias portuguesas. Em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, foram feitas diversas transformações na organização judiciária da colônia. Em 10 de maio daquele ano, alvará do **príncipe regente D. João** elevou a Relação do Rio de Janeiro à condição de **Casa da Suplicação do Brasil**, como tribunal de última instância. Foi instalada em prédio na rua do Lavradio, adquirido pela Fazenda Nacional para abrigar a Relação do Rio de Janeiro.

Em 1828, com a criação do Supremo Tribunal de Justiça, a Casa da Suplicação do Brasil foi extinta de direito, extinguindo-se de fato em 1833, quando se restaurou a **Relação do Rio de Janeiro**, que retornou à sua condição de tribunal local. Por estar sediada na capital do Império, passou a ser chamada **Relação da Corte**.

A instalação do Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro (Relação do Rio de Janeiro), representou uma série de transformações políticas, econômicas e sociais, que levaram à decisão do **Príncipe Regente Dom João**, em 16 de dezembro de 1815, de elevar o Brasil à condição de reino, unido com sua ex-metrópole.



Primeira sede da Relação do Rio de Janeiro, prédio que abrigava a cadeia e o Senado.

(Fonte: <https://www.migalhas.com.br/quentes/216302/450-anos-do-rio-de-janeiro--relembre-a-historia-do-judiciario-fluminense>)

Porém, em 1820, a revolução liberal eclodiu em Portugal e a família real foi forçada a retornar a Lisboa. Antes de deixar o Brasil, no entanto, **D. João VI** nomeou o seu filho mais velho, **D. Pedro de Alcântara de Bragança**, como Príncipe Regente do Brasil (1821). Embora D. Pedro fosse fiel ao pai, a vontade das cortes portuguesas em repatriá-lo e de retornar o Brasil ao seu antigo estatuto colonial, o levou a rebelar-se. Oficialmente, a data comemorada para independência do Brasil é de **7 de setembro de 1822**, ocasião em que ocorreu o evento conhecido como o **Grito do Ipiranga**, às margens do riacho Ipiranga na atual cidade de São Paulo. Em 12 de outubro de 1822, o príncipe foi aclamado **D. Pedro I, Imperador do Brasil**, sendo coroado e consagrado em 1º de dezembro de 1822, e o país passou a ser conhecido como o **Império do Brasil**.



D. João VI

(Fonte D. João: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4a/Retrato_de_D._Joao_VI_-_Gregorius%2C_Albertus_Jacob_Frans.jpg/800px-Retrato_de_D._Joao_VI_-_Gregorius%2C_Albertus_Jacob_Frans.jpg)

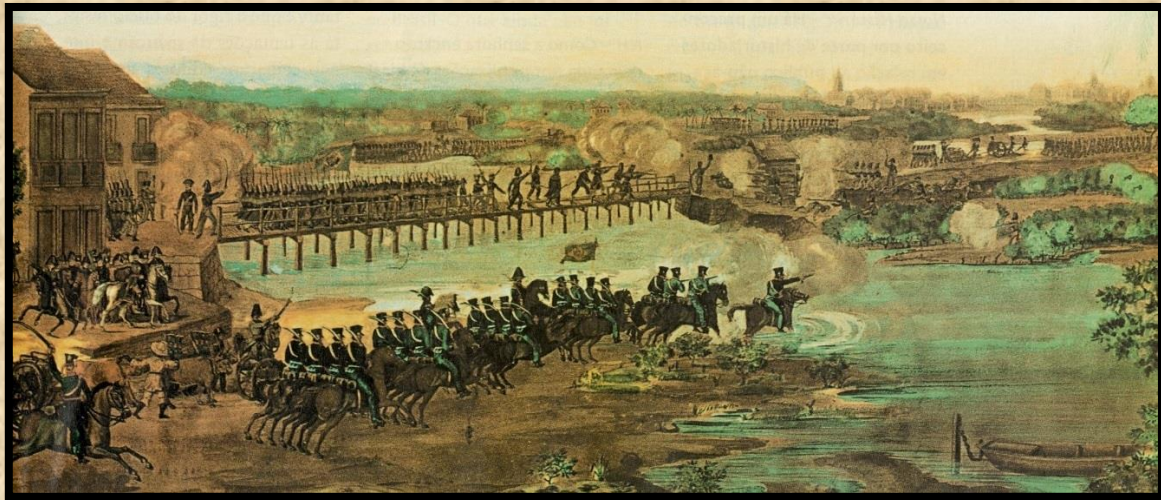


D. Pedro Príncipe Regente

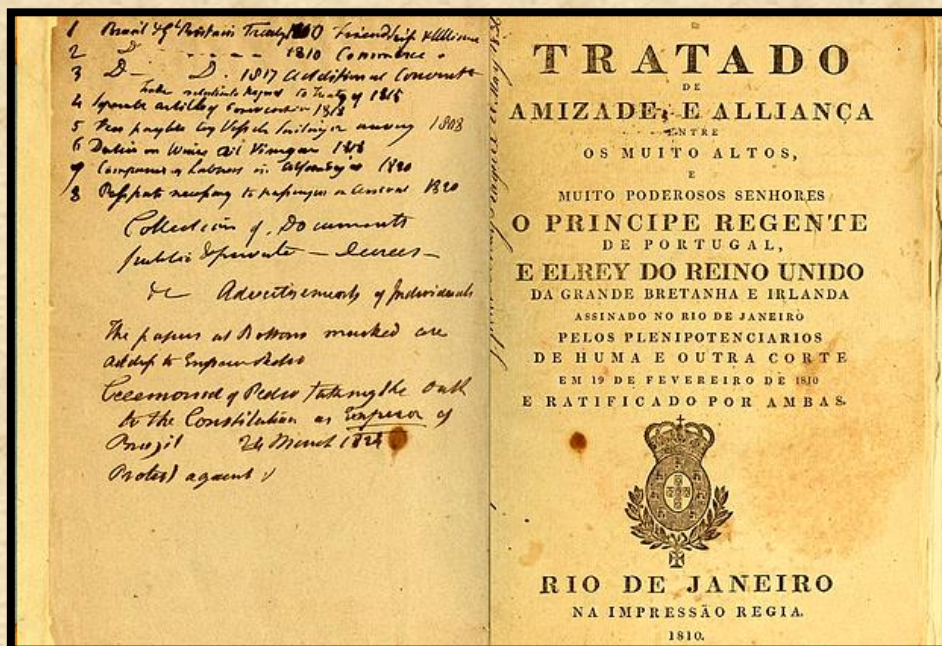
(Fonte D. Pedro: <https://s4.static.brasielscola.uol.com.br/img/2019/10/dom-pedro.jpg>)

Durante a guerra de independência — iniciada com a expulsão dos exércitos portugueses de Pernambuco, em 1821 — formou-se o **Exército Brasileiro**, a partir da contratação de mercenários, alistamento de civis e de algumas tropas coloniais portuguesas. O exército imediatamente se opôs às forças portuguesas, que controlavam algumas partes da nação. Ao mesmo tempo que o conflito tomava lugar, ocorreu em Pernambuco um movimento revolucionário conhecido como a **Confederação do Equador**, que pretendia formar seu próprio governo republicano, mas foi duramente reprimido. Depois de três anos de conflito armado, Portugal finalmente reconheceu a independência do Brasil, e em 29 de agosto de 1825 foi assinado o **Tratado de Amizade e Aliança** firmado entre Brasil e Portugal. Em troca do reconhecimento como estado soberano, o Brasil se

comprometeu a pagar ao Reino de Portugal uma indenização substancial e assinar um tratado de comércio com o Reino Unido como indenização por sua mediação.



Exército Imperial do Brasil, sob comando do almirante britânico Thomas Cochrane, ataca as forças confederadas no Recife.
(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/31/Confederacao_equador_1824_exercito_imperial.jpg)



Tratado de Amizade e Aliança entre Brasil e Portugal

(Fonte: <https://www.obichinhososaber.com/wp-content/uploads/2014/08/tratado-de-alian%C3%A7a-e-amizade.png>)

Antecedentes

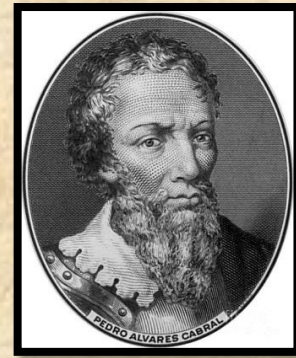
Processo de colonização e movimentos emancipacionistas

A terra agora chamada **Brasil** (nome cuja origem é contestada) foi reivindicada por Portugal em abril de 1500, com a chegada da frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral.



Descobrimento do Brasil em 1500

(Fonte: https://ichef.bbci.co.uk/news/640/cpsprodpb/EE3D/production/_111198906_bbcbrasil_desembarquedecabralemportoseguro_oscarpereiradasilva.jpg)



Pedro Álvares Cabral

A colonização foi efetivamente iniciada em 1534, quando **D. João III** dividiu o território em quatorze capitanias hereditárias, mas esse arranjo se mostrou problemático, uma vez que apenas as capitanias de **Pernambuco** e **São Vicente** prosperaram. Então, em 1549, o rei nomeou um governador-geral para administrar toda a colônia. Os portugueses assimilaram algumas das tribos nativas, enquanto outras foram escravizadas ou exterminadas por doenças europeias para as quais não tinham imunidade, ou em longas guerras travadas nos dois primeiros séculos de colonização, entre os grupos indígenas rivais e seus aliados europeus.



D. João III – Rei de Portugal



Ciclo da Cana-de-açúcar

(Fonte D. João III: <https://casadualdebraganca.files.wordpress.com/2015/03/joc3a3oiij.jpg>)

(Fonte Ciclo da cana: <https://escolaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2018/08/ciclo-d-a%C3%A7ucar-750x367.jpg>)

Em meados do século XVI, quando o **açúcar de cana** tornou-se o mais importante produto de exportação do Brasil, os portugueses iniciaram a importação de escravos africanos, comprados nos mercados de escravos da África ocidental. Assim, estes começaram a ser trazidos ao Brasil, inicialmente para lidar com a crescente demanda internacional do produto, naquele que foi chamado **ciclo da cana-de-açúcar**.

Ideias do **Iluminismo** encontraram a crise do ciclo do ouro e a decadência econômica do Nordeste brasileiro e foi formada a base de movimentos emancipacionistas, a partir da segunda metade do século XVIII, na América Portuguesa. Estão incluídos nesse grupo de contestações ao domínio português a **Conjuração Mineira** (1789), a **Conjuração Carioca** (1794), a **Revolta Baiana** (1796) e a **Conspiração dos Suassunas** (1801). Mesmo quando apenas conspirativos, esses movimentos se diferenciam dos movimentos nativistas por pregarem a separação de Portugal. Todavia, esses movimentos nativistas conduziram às lutas, francamente emancipacionistas, do final do século XVIII e começo do século XIX, e à própria guerra de independência.



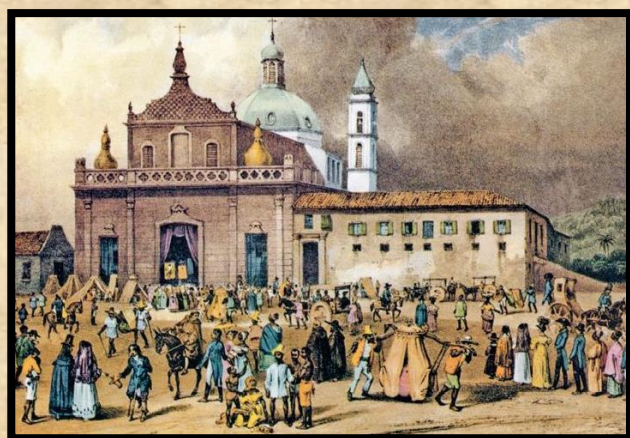
Conjuração Mineira -1789

(Fonte: https://www.sohistoria.com.br/ef2/inconfidencia/index_clip_image002.jpg)



Conjuração Carioca – 1794

(Fonte: http://pm1.narvii.com/7681/a88fca2497045dacd7633c9f6d44c37f6fc4901ar1-1280-1089v2_uhq.jpg)



Conjuração Baiana – 1796

(Fonte: https://2.bp.blogspot.com/-BzP2OKiUdQQ/VvyCFHL2XvI/AAAAAAAAAtr4/XvWwakY6m3Ue0kgzv9W5tuk5V2NX7/Fvv@s1600/slide_8.jpg)



Conspiração dos Suassunas -1801

(Fonte: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebelde/wp-content/uploads/2019/07/Venda-em-Recife-3.jpg>)

Transferência da corte portuguesa

A partir do dia 15 de julho de 1799, o Príncipe do Brasil, **D. João Maria de Bragança**, tornou-se príncipe-regente de **Portugal**, pois sua

mãe, a rainha **D. Maria I**, foi declarada louca pelos médicos. Os acontecimentos na Europa, onde **Napoleão Bonaparte** se afirmava, sucederam-se com velocidade crescente.

Desde 1801 que se considerava a ideia da transferência da corte portuguesa para o Brasil. As facções no governo português, entretanto, se dividiam: a **facção anglófila**, partidária de uma política de preservação do Império Colonial Português e do próprio Reino, através do mar, apoiados na antiga aliança Luso-Britânica; e a **facção francófila**, que considerava que a neutralidade só poderia ser obtida através de uma política de aproximação com a França. Ambas eram apoiadas pelas lojas maçônicas, quer de origem britânica, quer de origem francesa. Considere-se ainda que as ideias iluministas francesas circulavam clandestinamente em livros, cada vez mais abundantes.



Transferência da corte portuguesa para o Brasil

(Fonte: <https://network.grupoabril.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2019/08/1808-entenda-a-transferencia-da-corte-portuguesa-para-o-brasil-facebook.png>)

A decretação do **Bloqueio Continental em Berlim** (1806) tornou mais difícil a neutralidade Portuguesa. Em 1807, o **Tratado de Fontainebleau** dividiu, arbitrariamente, Portugal em três reinos. Desde outubro desse ano, **Jean-Andoche Junot**, antigo embaixador francês em Lisboa, preparava-se para invadir Portugal. Foi nesse contexto que **D. João** pactuou com a Grã-Bretanha a transferência do governo para o **Rio de Janeiro**, sob a proteção dos últimos.



Jean-Andoche-Junot embaixador francês em Lisboa

(Fonte Jean-Junot: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e5/General_Jean_Andoché_Junot.jpg/465px-General_Jean_Andoché_Junot.jpg)



D. Maria I – Rainha de Portugal

(Fonte D. Maria I: https://i0.wp.com/www.vortexmag.net/wp-content/uploads/2017/11/Maria_I_Queen_of_Portugal_-_Giuseppe_Troni_atribu%C3%ADdo_Turim_1739-Lisboa_1810_-_Google_Cultural_Institute.jpg)

Com a invasão francesa de Portugal em progresso, no dia **29 de novembro de 1807** iniciou-se a viagem da Família Real e da Corte Portuguesa. Dezoito navios de guerra portugueses e treze britânicos, escoltaram mais de vinte e cinco navios mercantes de Lisboa até à costa do Brasil. A bordo seguiam mais de quinze mil portugueses. O Reino ficava a ser governado por uma **Junta de Regência** que Junot logo dissolveu.



Partida da Família Real Portuguesa para o Brasil – 1808

(Fonte: <http://revistatemaivre.com/wp-content/uploads/2014/04/expomhn08.jpg>)

Com a presença da **Família Real Portuguesa** no Brasil a partir de 1808, registrou-se o que alguns historiadores brasileiros denominam de "**inversão metropolitana**", ou seja, o aparelho de Estado Português passou a operar a partir do Brasil, que desse modo deixou de ser uma "**colônia**" e assumiu efetivamente as funções de **metrópole**. Pressionado

pelo triunfo da revolução constitucionalista, o soberano retornou com a família real para Portugal, deixando como príncipe regente no Brasil o seu primogênito, **D. Pedro de Alcântara**.



Chegada da família Real Portuguesa ao Brasil

(Fonte: <https://www.todoestudo.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-vinda-da-fam%C3%ADlia-real-para-o-Brasil.jpg>)

Elevação a reino



Aclamação do Príncipe Regente D. João do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, no Rio de Janeiro.

(Fonte: https://i1.wp.com/www.mundolusiada.com.br/wp-content/uploads/imagens_antigas/cul_336.jpg?resize=526%2C265)

Com o fim da **Guerra Peninsular** em 1814, os tribunais europeus exigiram que a rainha **D. Maria I** e o príncipe regente **D. João** regressassem a Portugal, já que consideravam impróprio que representantes de uma antiga monarquia europeia residissem em uma colônia. Em 1815, para justificar a sua permanência no Brasil, onde a corte real tinha prosperado nos últimos seis anos, o **Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves** foi criado com a elevação do Estado do Brasil à condição de reino, estabelecendo, assim, um Estado monárquico transatlântico e pluricontinental.

No entanto, isso não foi suficiente para acalmar a demanda portuguesa pelo retorno da corte para Lisboa, como a revolução liberal do Porto exigiria em 1820, e nem o desejo de independência e pelo estabelecimento de uma república por grupos de brasileiros, como a **Revolução Pernambucana** de 1817 mostrou.



Revolução Pernambucana de 1817

(Fonte: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQHxxD3DCxVdRLefYCTkx0uDuD02XVqzA8g0xrz-8SNR7zIsXJjZv3cDx1OywOwXTZp99I&usqp=CAU>)

Em 1821, como uma exigência de revolucionários que haviam tomado a cidade do Porto, **D. João VI** foi incapaz de resistir por mais tempo e partiu para Lisboa, onde foi obrigado a fazer um juramento à nova constituição, deixando seu filho, o príncipe **D. Pedro de Alcântara**, como Regente do Reino do Brasil.

Independência

Cortes portuguesas

Em 1820, a **Revolução Liberal do Porto** eclodiu em Portugal. O movimento, iniciado pelos constitucionalistas liberais, resultou na reunião das **Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa** (ou Assembleia Constituinte), que teria de criar a primeira constituição para Portugal e seus domínios ultramarinos. As Cortes ao mesmo tempo exigiram o retorno do rei **D. João VI**, que vivia no Brasil desde 1808 e que elevou o Brasil para a categoria de reino, como parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815. Seu filho e príncipe herdeiro **D. Pedro** passou a governar o Brasil como regente no lugar do pai em 7 de março de 1821. O rei partiu para a Europa em 26 de abril, enquanto **D. Pedro** permaneceu no Brasil liderando o governo, ao lado dos ministros do reino.



Reunião das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e6/Oscar_Pereira_da_Silva_-_Sess%C3%A3o_das_Cortes_De_Lisboa%2C_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg).

O retorno do ex-monarca absolutista, agora monarca constitucional, que a partir de agora passaria ocupar uma posição mais cerimonial e simbólica, deu início a uma reorientação da política portuguesa em relação ao Brasil, o que significava reduzir a autonomia política deste último e estabelecer uma administração hierarquizada e centralizada, cujo polo de poder deveria assentar-se em Portugal. Na época a burguesia mercantil portuguesa ressentia-se com as perdas econômicas impostas pela **Guerra Peninsular** e com a autonomia político-administrativa alcançada pelo Brasil em 1815.

Os oficiais militares portugueses, sediados no Brasil, foram completamente solidários ao movimento constitucionalista em Portugal. O principal líder dos oficiais portugueses, General **Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares**, forçou o príncipe a demitir e banir do país os ministros do Reino e das Finanças. Ambos eram fiéis aliados de **D. Pedro**, que se tornou um peão nas mãos dos militares. A humilhação sofrida pelo príncipe, que jurou que nunca iria ceder à pressão dos militares novamente, teria uma influência decisiva na sua abdicação dez anos depois. Enquanto isso, em 30 de setembro de 1821, as Cortes aprovaram

um decreto que subordinava os governos das províncias do Brasil diretamente ao governo central em Lisboa. O príncipe **D. Pedro** tornou-se, para todos os efeitos, somente o governador de armas da Província do Rio de Janeiro, sendo que governador de armas era uma espécie de comandante militar do Exército Português, não sendo um cargo político. Outros decretos que vieram depois exigiam seu retorno à Europa e também extinguiram os tribunais judiciais criados por **D. João VI** em 1808, subordinaram os presidentes das províncias às Cortes e ao rei em Lisboa e reinstalaram o antigo **Tribunal da Relação do Rio de Janeiro**, subordinado ao Supremo Tribunal do Reino Português em Lisboa.



General Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a1/General_Jorge_Avilez.jpg/200px-General_Jorge_Avilez.jpg)

A partir de abril de 1821, as províncias brasileiras receberam as bases da **Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves**, junto com as instruções para que procedessem às eleições de seus representantes à **Constituinte** (em Portugal deputados das províncias de Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarves já haviam sido eleitos e já estavam trabalhando nas Cortes desde janeiro de 1821). Assim, os **primeiros deputados do Brasil** tomaram assento nas **Cortes Gerais** somente em agosto de 1821, provenientes das províncias de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Em seguida, tomaram posse os representantes de Maranhão, Santa Catarina, Alagoas e Bahia. Apenas em 1822 chegaram a Lisboa os deputados de São Paulo, Paraíba, Grão-Pará,

Espírito Santo, Goiás e Ceará. Não tomaram assento nas Cortes Gerais as representações de Cisplatina, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que permaneceram no Brasil em demonstração de apoio ao regente.

Um choque que ocorreu entre os deputados brasileiros e portugueses foi em relação a forma como o **Império Colonial Português** deveria ser administrado. Os deputados portugueses defendiam a centralidade política do império colonial em Portugal, já os representantes brasileiros defendiam o funcionamento de dois centros de poder, um na Europa e outro na América, cada um com Executivo e Legislativo próprios, além de uma assembleia geral que legislasse sobre assuntos de interesse de todo o império. Esta proposição baseava-se na ideia de uma federação luso-brasileira, disposta no programa político trazido pelos deputados paulistas e defendida por **Antônio Carlos de Andrada e Silva**.



Deputado Antônio Carlos de Andrada e Silva

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b3/Silva%2C_Oscar_Pereira_da_-_Retrato_de_Antonio_Carlos_Ribeiro_de_Andrada.jpg/200px-Silva%2C_Oscar_Pereira_da_-_Retrato_de_Antonio_Carlos_Ribeiro_de_Andrada.jpg)

As divergências e hostilidades entre os deputados brasileiros e portugueses continuaram e alguns brasileiros abandonaram as Cortes. Dos 97 deputados brasileiros eleitos às **Cortes Gerais e Extraordinárias de Lisboa** (número maior que os dos 64 deputados portugueses), apenas 51 embarcaram para Lisboa, e destes 51 apenas 36 aprovaram a nova constituição, sendo a maioria destes deputados (cerca de 25) oriundos da atual região Nordeste do Brasil.

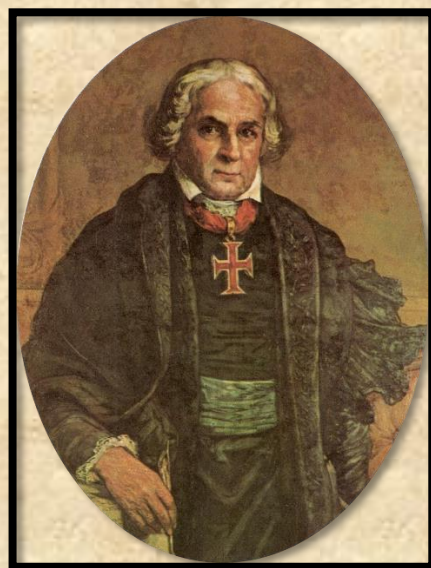
As tentativas dos deputados brasileiros em garantir a igualdade política e econômica entre os dois reinos, com o Rio de Janeiro como centro do poder na América, fracassou, e se viram obrigados a retornar ao Brasil.

A insatisfação, quanto às resoluções das **Cortes**, foi generalizada entre a maioria dos residentes do Brasil (tanto os de origem brasileira quanto os de origem portuguesa), ao ponto em que ela logo se tornou conhecida publicamente. Dois grupos que se opunham às ações das **Cortes** para minar gradualmente a soberania brasileira apareceram: os **Liberais**, liderados por **Joaquim Gonçalves Ledo** (que teve o apoio dos maçons), e os **Bonifacianos**, liderada por **José Bonifácio de Andrada**. Ambas as facções não tinham nada em comum em suas metas para o Brasil, com a única exceção de seu desejo de manter o país unido com Portugal como uma monarquia soberana.



Joaquim Gonçalves Ledo

(Fonte Joaquim Ledo: https://redacolmeia.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Joaquim_Gonc%CC%A7alves_Ledo.jpg)



José Bonifácio de Andrada

(Fonte José Bonifácio: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/Jose_bonifacio_de_andrada.png)

Acerca da primeira tentativa da **Revolução de 1821**, descreveu Assis Cintra:

Preparara-se outra revolução, essa no Rio, devendo explodir em 1821. Dirigiam-na **Joaquim Gonçalves Ledo** (grão-mestre da maçonaria), **Targini** (juiz da alfandega), o almirante **Rodrigo Pinto Guedes**, o brigadeiro **Felisberto Caldeira Brant**, e os desembargadores do paço **Luís José de Carvalho e Mello** e **João Severiano Maciel da Costa**. Descoberta pela habilidade do conselheiro **Thomaz António de Vila Nova**, a conspiração fracassou. Della, porém, faziam parte, — juizes, altos funcionários públicos, fidalgos, muitos oficiais, e padres.



Alm. Rodrigo Pinto Guedes

(Fonte Rodrigo Guedes: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cc/Pinto_Guedes.png)



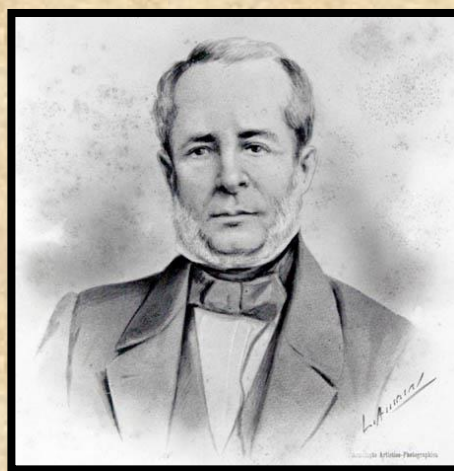
Brig. Felisberto Caldeira Brant

(Fonte Felisberto Brant: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/personalidades-historicas/felisberto.jpg>)



Des. Luís José de Carvalho e Melo

(Fonte Luís Melo: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a3/An%C3%B4nimo_-_Visconde_e_Viscondessa_da_Cachoeira.jpg)



Des. João Severiano Maciel da Costa

(Fonte João Costa: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d8/Jo%C3%A3o_Severiano_Maciel_da_Costa_-_Marqu%C3%AAs_de_Queluz.jpg)



Conselheiro Tomaz António de Vila Nova

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1f/Tom%C3%A1s_Ant%C3%B3nio_de_Vila_Nova_Portugal_%28Colec%C3%A7%C3%A3o_Museu_Hist%C3%B3rico_Nacional%2C_Brasil%29.png)

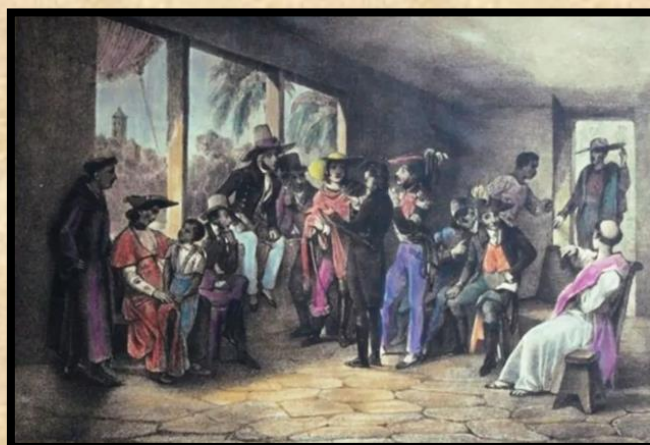
Convenção de Beberibe



*Luís do Rego Barreto, o algoz da Revolução Pernambucana.
(Fonte: <https://www.arqnet.pt/imagens3/bio-rego.jpg>)*

Pernambuco foi a primeira província brasileira a se separar do Reino de Portugal. No dia 29 de agosto de 1821, teve início um movimento armado contra o governo do capitão general **Luís do Rego Barreto** — o algoz da Revolução Pernambucana —, culminando com a formação da **Junta de Goiana**, tornando-se vitorioso com a rendição das tropas portuguesas em capitulação assinada a 5 de outubro do mesmo ano, quando da **Convenção de Beberibe**, responsável pela expulsão dos exércitos portugueses do território pernambucano.

O **Movimento Constitucionalista** de 1821 é considerado o primeiro episódio da Independência do Brasil.



Convenção de Beberibe

(Fonte: https://revista.algomas.com/wp-content/uploads/2021/08/rugendas_goiana.png)

Dia do Fico



Príncipe D. Pedro ordena o oficial português Jorge Avilez retornar a Portugal após sua rebelião malsucedida.

José Bonifácio pode ser visto ao lado do príncipe.

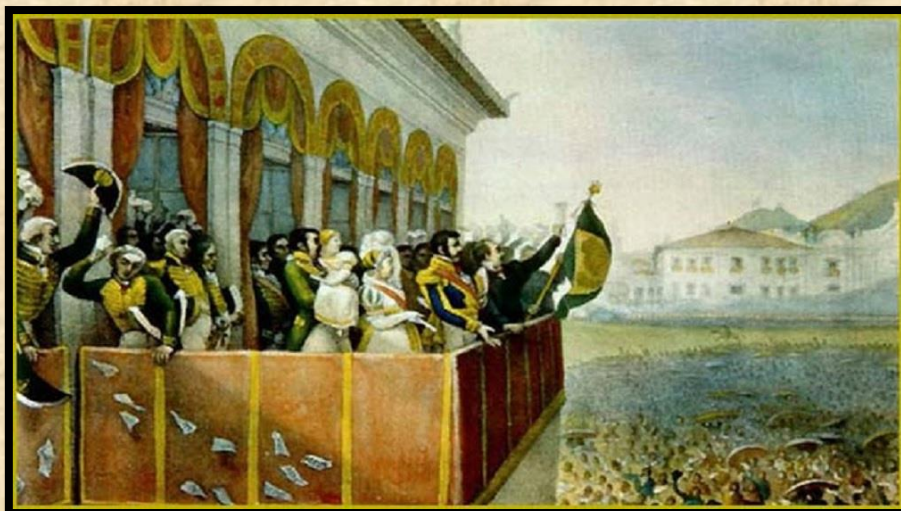
(Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rebeli%C3%A3o_de_Avilez)

Em Lisboa, os membros das **Cortes Portuguesas** não mostravam respeito para com o príncipe no Brasil e zombavam abertamente dele. Assim, a lealdade devida por D. Pedro às Cortes gradualmente foi transferida à causa brasileira. A sua esposa, a princesa **Leopoldina de Habsburgo**, favorecia o partido brasileiro e encorajou o marido a permanecer no país, enquanto os Liberais e Bonifacianos fizeram representações públicas. A resposta de **Pedro** veio em **9 de janeiro de 1822**, quando, de acordo com jornais, declarou: "**Como é para o bem de todos e para a felicidade geral da nação, estou pronto: Diga ao povo que eu vou ficar**".



Princesa D. Leopoldina de Habsburgo

(Fonte: <https://www.cafehistoria.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Arquiduquesa-Maria-Leopoldina-por-Friedrich-Johann-Gottlieb-Lieder.jpg>)

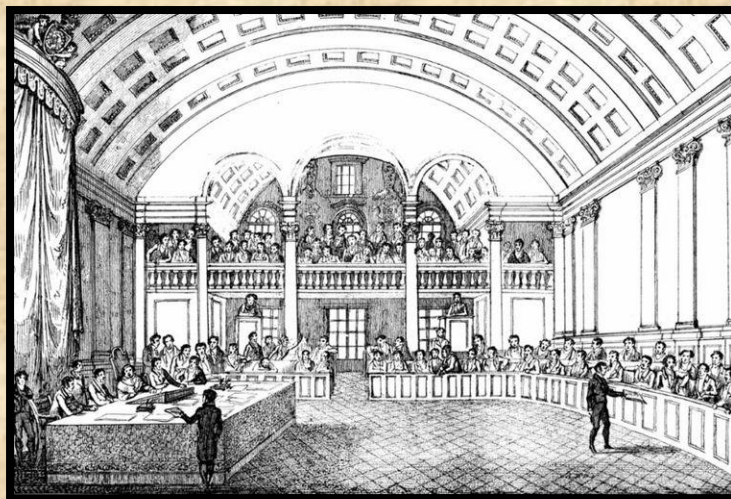


O Dia do Fico em 09 de janeiro de 1822

(Fonte: <https://redacolmeia.com.br/wp-content/uploads/2020/01/dia-do-fico-o-que-foi-como-aconteceu-e-importancia-historica-1.jpg>)

Após a decisão de **D. Pedro** em desafio às Cortes, cerca de dois mil homens, sob o comando de **Jorge de Avilez** declararam sua fidelidade às **Cortes Gerais em Lisboa** e se amotinaram, vindo a concentrar-se no Morro do Castelo, que logo foi cercado por 10 mil brasileiros armados, liderados pela **Guarda Real da Polícia**. D. Pedro, em seguida, "demitiu" o comandante geral português e ordenou-lhe que retirasse com os seus soldados para o outro lado da baía, para Niterói, onde aguardaram o transporte para Portugal.

José Bonifácio foi nomeado ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros em 18 de janeiro de 1822. **José Bonifácio** logo estabeleceu um relacionamento paternal com **D. Pedro**, que começou a considerar o experiente estadista seu maior aliado. **Joaquim Gonçalves Ledo** e os Liberais tentaram minimizar a estreita relação entre **José Bonifácio** e **D. Pedro** oferecendo ao príncipe o título de **Defensor Perpétuo do Brasil**. Para os liberais, era necessária a convocação de uma Assembleia Constituinte para o Brasil, enquanto os Bonifacianos preferiam que **D. Pedro** concedesse por si mesmo a **Constituição** para evitar a possibilidade de uma anarquia semelhante ao que ocorrera durante os primeiros anos da **Revolução Francesa**. O príncipe concordou com os desejos dos liberais e assinou um decreto em 3 de junho de 1822 convocando para a eleição os deputados que se reuniriam na **Constituinte** e **Assembleia Geral Legislativa do Brasil**.



Assembleia Constituinte -1823

(Fonte: <https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/05/cadeia-velha.jpg>)

Grito do Ipiranga e aclamação

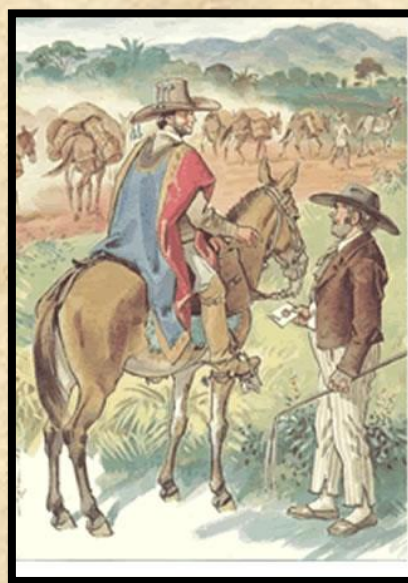
D. Pedro partiu para a Província de São Paulo para assegurar a lealdade dos locais à causa brasileira. Ele alcançou sua capital em 25 de agosto e lá permaneceu até 5 de setembro.

D. Leopoldina, sua esposa, assumiu a regência durante a viagem. Diante das exigências de Portugal para que ambos retornassem a Lisboa, ela convocou uma sessão extraordinária do **Conselho de Estado** no dia 2 de setembro de 1822 e, juntamente com os ministros, decidiu pela separação definitiva entre Brasil e Portugal, assinando então a declaração de independência. Em seguida, enviou o mensageiro **Paulo Bregaro** para entregar a Pedro uma carta informando sobre o ocorrido.



Dona Leopoldina

(Fonte D. Leopoldina: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a8/29-_Imperatriz_rainha_D._Leopoldina.jpg/255px-29-_Imperatriz_rainha_D._Leopoldina.jpg)



O Carteiro da Independência

(Fonte Carteiro: <https://apps2.correios.com.br/blogcorreios/2019/09/07/o-carteiro-da-independencia/>)

Em **7 de setembro**, quando retornava ao Rio de Janeiro, **D. Pedro** recebeu a carta de **José Bonifácio** e de **D. Leopoldina**. O príncipe foi informado que as Cortes tinham anulado todos os atos do gabinete de José Bonifácio e removido o restante de poder que ele ainda tinha. **D. Pedro** voltou-se para seus companheiros, que incluiu sua Guarda de Honra e falou: "**Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo unir-nos mais**" e continuou depois que ele arrancou a braçadeira azul e branca que simbolizava Portugal: "**Tirem suas braçadeiras, soldados. Viva independência, à liberdade e à separação do Brasil.**" Ele desembainhou sua espada afirmando que "**Para o meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade**" e gritou: "**Independência ou morte**". Este evento é lembrado como **Grito do Ipiranga**.



Príncipe Dom Pedro rodeado por uma multidão em São Paulo depois de dar a notícia da independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.

(Fonte: https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQ7f-hLXh0EzdbU4S9xPDHzZegtria9mBH6vo_759tKQmJU1v3NJkpK9dAO8c3pbgCexTw&usqp=CAU)

Ao chegar na cidade de São Paulo, na noite de 7 de setembro de 1822, **D. Pedro** e seus companheiros espalharam a notícia da **independência do Brasil** do domínio português. O príncipe foi recebido com grande festa popular e foi chamado de "**Rei do Brasil**", mas também de "**Imperador do Brasil**". Ele retornou ao Rio de Janeiro em 14 de setembro e nos dias seguintes os liberais espalharam panfletos (escritos por Joaquim Gonçalves Ledo), que sugeriam a ideia de que o príncipe deve ser aclamado **Imperador Constitucional**. Em 17 de setembro, o Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, **José Clemente Pereira**, enviada às outras Câmaras do país a notícia que a Aclamação iria ocorrer no aniversário de

D. Pedro, em 12 de outubro. No dia seguinte, a nova bandeira e brasão de armas do reino independente do Brasil foram criados.



José Clemente Pereira

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/45/Jos%C3%A9_Clemente_Pereira_-_Litografia_%28cropped%29.jpg/220px-Jos%C3%A9_Clemente_Pereira_-_Litografia_%28cropped%29.jpg)

A separação oficial de Portugal só ocorreria em 22 de setembro de 1822, em uma carta escrita por **D. Pedro** a **D. João VI**. Nele, **D. Pedro** ainda chama a si mesmo de "**Príncipe Regente**" e seu pai é referido como o **Rei do Brasil** independente. Em 12 de outubro de 1822, no **Campo de Santana** (mais tarde conhecido como **Campo da Aclamação**) o príncipe Dom Pedro foi aclamado **D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil**. Era ao mesmo tempo o início do reinado de D. Pedro e também do Império do Brasil. No entanto, o Imperador deixou claro que, embora ele tenha aceitado o título, se D. João VI retornasse ao Brasil ele iria descer do trono em favor de seu pai.

A razão para o título imperial foi a de que o título de rei iria simbolicamente significar uma continuação da tradição dinástica portuguesa e talvez do temido absolutismo, enquanto o título de imperador derivava da aclamação popular, como na Roma Antiga. Em 1º de dezembro de 1822 (aniversário da aclamação de D. João IV, o primeiro rei da Casa de Bragança) **D. Pedro I** foi coroado e consagrado.



Coroação do imperador D. Pedro I em 1º de dezembro de 1822
(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Coroa%C3%A7ao_pedro_I_001.jpg)

Guerra



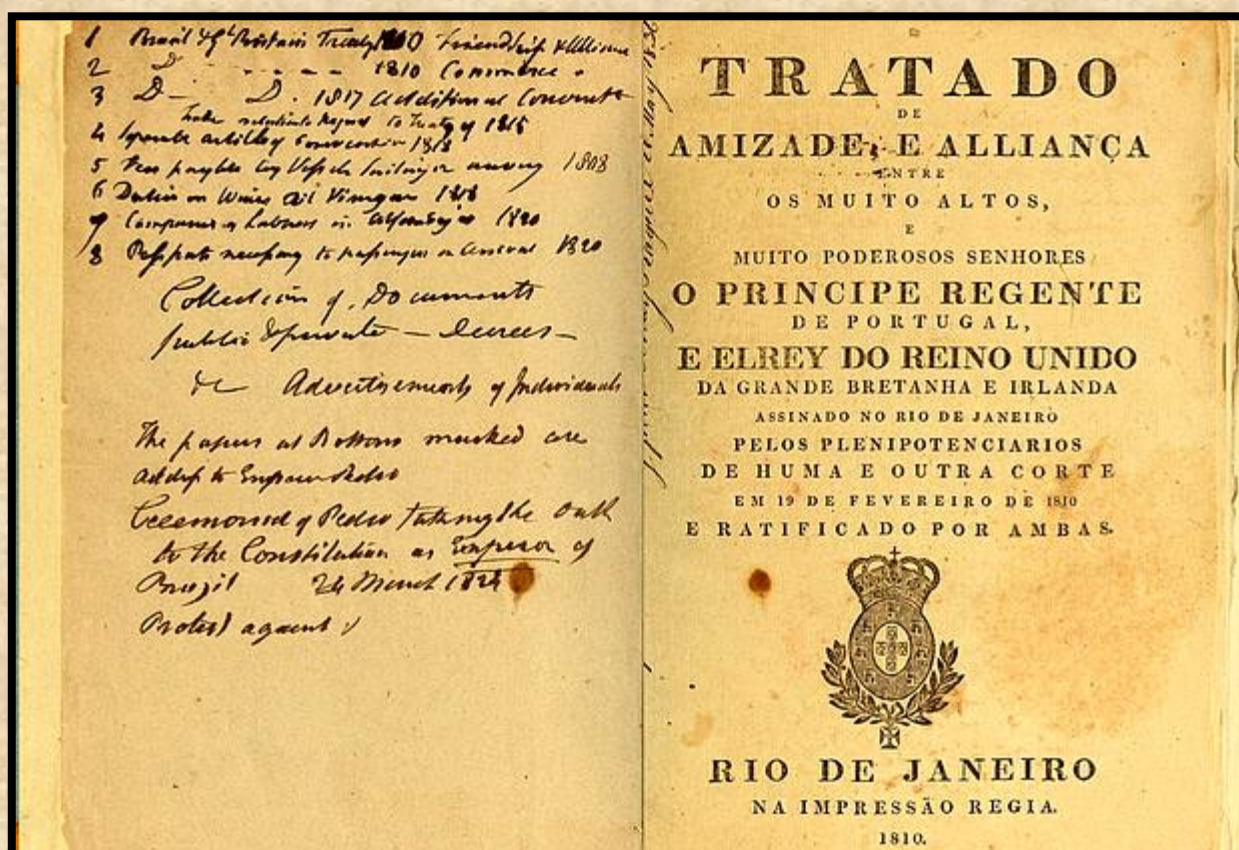
O Exército brasileiro adentrando Salvador após a retirada das forças portuguesas, 1823.
(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d6/Entrada_do_Ex%C3%A9rcito_Libertador_1930.jpg/200px-Entrada_do_Ex%C3%A9rcito_Libertador_1930.jpg)

No contexto da **Revolução liberal do Porto**, o que começou com a expulsão dos exércitos portugueses de Pernambuco em 1821, se transformou, após a proclamação da independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, em lutas mais encarniçadas nas regiões onde, por razões estratégicas, se registrava maior concentração de tropas portuguesas, a saber, nas então províncias Cisplatina, da Bahia, do Maranhão, do Piauí e do Pará. Sem um exército e sem uma marinha de guerra, o recém-formado governo brasileiro (não reconhecido pelo governo português, que ainda considerava o Brasil parte integrante do Reino Unido

de Portugal, Brasil e Algarves e que via os líderes brasileiros como rebeldes separatistas que haviam traído o Império Português), por meio de seu Ministro **José Bonifácio de Andrada e Silva**, adotou as providências para eliminar a resistência portuguesa. Tornou-se necessário para **D. Pedro I** adquirir meios e recrutar mercenários e oficiais estrangeiros a fim de ajudar a sufocar a resistência portuguesa nas províncias à independência de todo o reino.

Reconhecimento diplomático

Após conclusão do processo militar em 1823, restou a negociação diplomática do reconhecimento da independência pelas monarquias europeias. O Brasil negociou com a Grã-Bretanha e aceitou pagar indenizações de 2 milhões de libras esterlinas a Portugal num acordo conhecido como **Tratado de Amizade e Aliança** firmado entre Brasil e Portugal.



Tratado de Aliança e Amizade

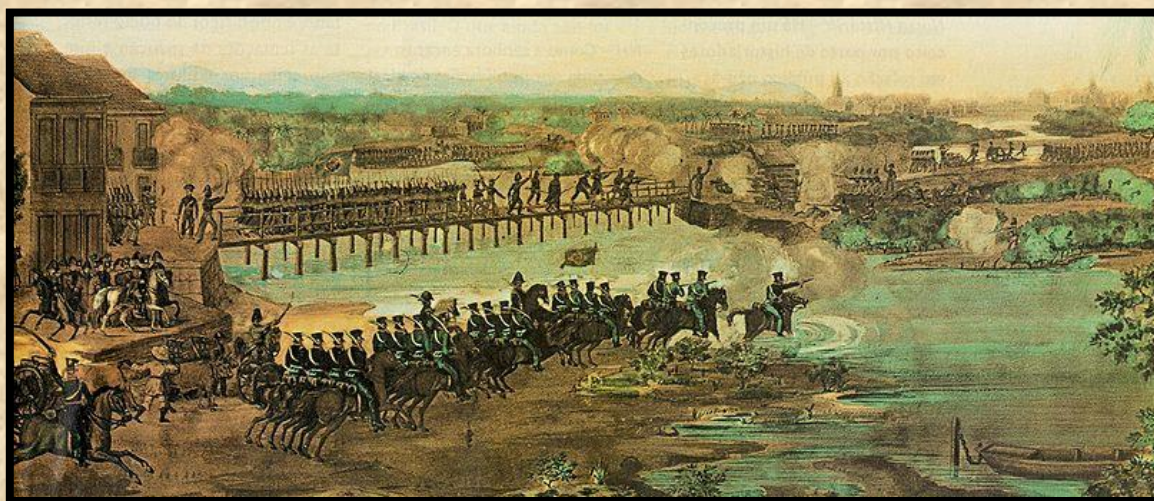
(Fonte: <https://www.obichinhodosaber.com/wp-content/uploads/2014/08/tratado-de-alian%C3%A7a-e-amizade.png>)

Os **Estados Unidos** foram os primeiros a reconhecer a independência brasileira em 1824. Essa postura decorre da Doutrina Monroe, lançada em 1823, contra a intervenções e colonização de potências da Europa no continente americano, favorecendo suas ações sobre o resto do continente.

O **México** foi o segundo a reconhecer. Outros Estados americanos recém-independentes (republicanos) tinham resistência ao regime monárquico adotado e também a tendências de **D. Pedro I** ao absolutismo. As características políticas do Brasil, recém-independente, causavam suspeitas de ser um meio para recolonização pelos impérios coloniais europeus dos Estados republicanos americanos. Isso porque, no continente europeu, a **Santa Aliança** defendia a monarquia absolutista e o colonialismo, além de se opor à Grã-Bretanha.

Interessada em privilégios comerciais e políticos na América, mas sem perder a aliança com Portugal, a Grã-Bretanha mediou as negociações de **D. Pedro I** com a ex-metrópole Portugal. Em 1825, a negociação mediada resultou no reconhecimento português e britânico, pagamento pelo Brasil de uma soma a Portugal como "indenização" e benefícios comerciais do Brasil para a Grã-Bretanha.

Desdobramentos



Exército do Império do Brasil ataca as forças confederadas no Recife, em 1824, no contexto da Confederação do Equador, principal reação contra a política centralizadora de D. Pedro I.

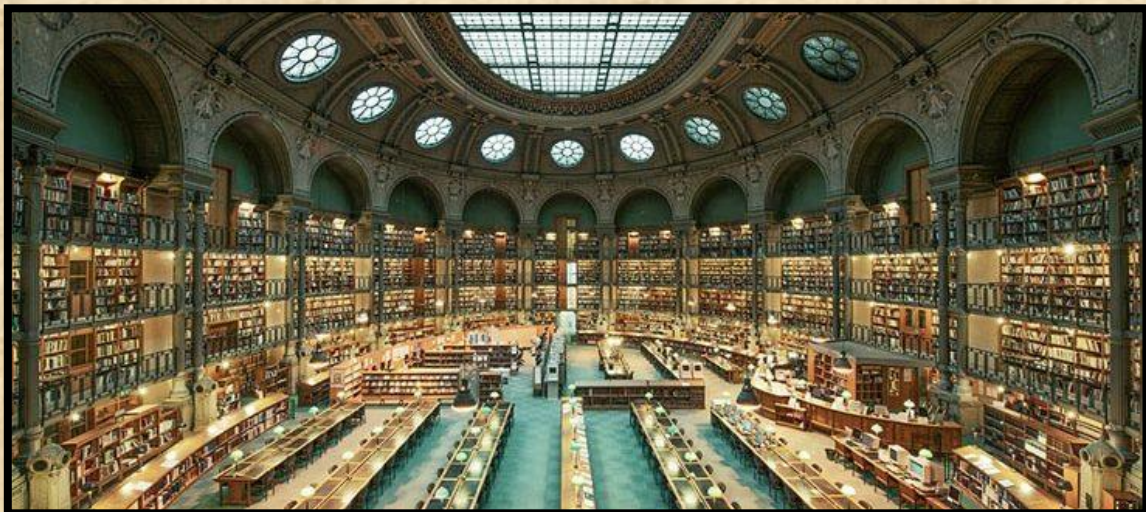
(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/31/Confederacao_equador_1824_exercito_imperial.jpg)

À semelhança do processo de independência de outros países latino-americanos, o de **independência do Brasil** preservou o **status quo** das elites agroexportadoras, que conservaram e ampliaram os seus privilégios políticos, econômicos e sociais.¹

Ao contrário do ideário do **Iluminismo**, e do que desejava, por exemplo, **José Bonifácio de Andrada e Silva**, a escravidão foi mantida, assim como os latifúndios, a produção de gêneros primários voltada para a exportação e o modelo de governo monárquico.¹ É importante notar que

José Bonifácio de Andrada e Silva e **Gonçalves Ledo** chegaram a um acordo ao transformar o Brasil em um Império. Com a separação de Portugal, o Brasil deixou de ser parte do Reinado Português. **Thomaz Antônio** ofereceu a **D. João VI** a possibilidade de ele renegar o status de Rei de Portugal para se tornar Imperador: "[tornar] grande e poderoso Império, e fazer da nação brasileira uma das maiores potencias do globo". Essa, segundo Thomaz Antônio, era a vontade dos Iluministas

Quando **D. João VI** retornou a Lisboa, por ordem das Cortes, levou todo o dinheiro que podia — calcula-se que 50 milhões de cruzados, apesar de ter deixado no Brasil a sua prataria e a enorme biblioteca, com obras raras que compõem hoje o acervo da **Biblioteca Nacional**. Em consequência da leva deste dinheiro para Portugal, o Banco do Brasil, fundado por **D. João** ainda 1808, veio a falir em 1829.



Interior da Biblioteca Nacional

(Fonte: <https://www.pnbr.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Biblioteca-Nacional-da-Fran%C3%A7a-Paris-730x321.jpg>)

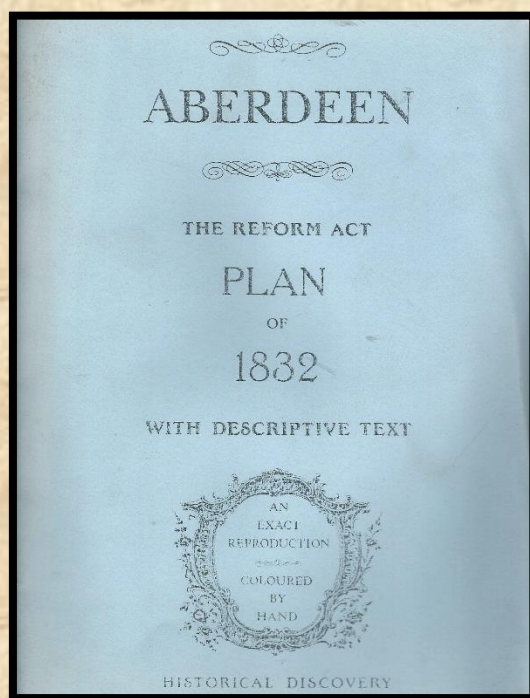
Crise econômica

O processo de independência foi perpassado por estagnação econômica, especialmente das exportações. Além disso, ao contrário da América espanhola, onde a independência se fez através de confrontos militares, a soberania política do Brasil resultou de um complexo encadeamento de negociações, envolvendo Portugal e Inglaterra. **D. Pedro I** precisava obter o reconhecimento da Inglaterra e de outros países, inclusive de Portugal. Para isso, o Brasil obteve, de 1824 em diante, vários empréstimos de Londres, cada um no valor de milhões de libras. Essa crise só resolver-se-ia com a ascensão do café.

Independências e Permanência da Escravidão

Em 1850, com os tratados comerciais que D. João VI assinou em terras brasileiras com a Inglaterra, ficava acordado o fim do tráfico de escravos africanos. A Inglaterra naquele momento estava passando por sua revolução industrial e o Brasil já era uma área de consumo de mercadorias industrializadas, assim, quanto mais rápido o Brasil saísse da economia escravista para uma economia tipicamente capitalista, mais rápido a Inglaterra teria novos consumidores.

As pressões inglesas pela abolição trazem à tona manifestações populares contrárias ao domínio inglês. Várias das camadas da população imbuídas em um espírito nacionalista, acreditavam que a Inglaterra era uma nação imperialista que não deveria se envolver nos problemas internos brasileiros.



Aberdeen Act

(Fonte: <https://www.deesidebooks.com/assets/images/product/007377.jpg>)

O acordo **Aberdeen Act**, foi um acordo onde a Inglaterra prenderia e julgaria em solo britânico os navios com a mercadoria humana. Mas no final da década de quarenta do século XIX, navios ingleses chegam ao ponto de invadir portos brasileiros para prender e afundar navios negreiros. É nesse período conturbado que a **Lei Eusébio de Queiroz** (1850) é promulgada. É a partir dessa lei que começa uma disputa entre Brasil e Inglaterra pela ação de ter extinto o tráfico.

Um outro importante passo para a abolição da escravidão é a **Lei do Ventre Livre**. Esta lei, na prática, não resolveu nada, pois o escravo poderia ser utilizado na lavoura até os 21 anos, o que facilitava as coisas

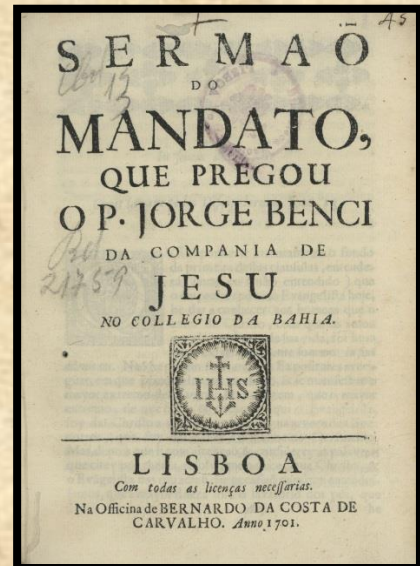
para o proprietário. Mas é no dia 13 de maio de 1888 que vai romper definitivamente o acordo entre barões e o rei. O desgaste do governo com os barões foi fatal para a caída do império. O sistema imperial começou a cair em 1871 após a Lei do Ventre Livre. Foi a primeira clara indicação de divórcio entre o rei e os barões, que viram a **Lei Aurea**, como loucura dinástica.



Eusébio de Queiroz

(Fonte Queiroz: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b3/Eusebio_de_Queir%C3%B3s_Coitinho_Mattozo_Camara_-_Litografia_%28cropped%29.jpg).

(Fonte Sermão: <http://purl.pt/34235/service/media/cover/max>).



Sermão do Padre Jorge Benci

Sobre a família escrava, são elucidativas as palavras do padre **Jorge Benci** para entender como a Igreja, desde os tempos coloniais, vê a formação da família escrava:

"E não devendo os senhores impedir o matrimônio aos servos, também lhes não devem impedir o uso dele depois de casados apartando o marido da mulher e deixando a um em casa, e mandando vender ou viver outro em partes tão remotas, que não possam fazer vida conjugal. Porque quando não pequeis contra a justiça, privando o servo do que lhe compete por direito natural, como ensina o padre Sanchez; não se pode negar que pecas ao menos contra a caridade: porque apartando os servos casados um do outro, vindes a privá-los do bem do matrimônio, no que lhes causais dano mui grave, que a caridade proíbe se faça ao próximo sem urgentíssima causa."

Devemos ressaltar que embora desde 1831 o tráfico de escravo fosse considerado pirataria é só a partir de 1850 com a **Lei Eusébio de Queirós** que o governo brasileiro vai fiscalizar a prática do comércio ilícito.

Representações culturais

Símbolos comemorativos

O processo da Independência ganhou representações comemorativas com uma data cívica (motivo de feriado nacional) e um hino, como também um sino e um monumento localizados em São Paulo.



Letra do Hino Nacional

(Fonte: <https://static.imgs.app/content/asset/uploads/2017/04/dia-do-hino-nacional-brasileiro-mensagens-imagens-e-frases-2.jpg>)

A data oficialmente aceita para a comemoração da Independência do Brasil é **7 de setembro de 1822**, dia em que, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, o príncipe regente **D. Pedro**, ao receber a correspondência das Cortes, teria proclamado o chamado *Grito da Independência*, à frente da sua escolta: ***Independência ou Morte!***



Moeda de 1 000 réis de 1922 comemorativa do 1º centenário da independência.

(Fonte: https://d1o6h00a1h5k7q.cloudfront.net/imagens/img_m/4105/1624066.jpg)

Em termos historiográficos outras, embora menos conhecidas, são a data da **aclamação do Imperador** (12 de outubro de 1822) e a do **reconhecimento da independência do Brasil por Portugal e pela Grã-Bretanha** (29 de agosto de 1825). À época, em 1822, a data assumida como marco da Independência foi o 12 de outubro, dia do aniversário de **D. Pedro I** e de sua aclamação como imperador, conforme registrado pela historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em trabalho publicado em 1995. A conclusão desse estudo indica que o **grito** foi uma construção *a posteriori* e que acabou consolidado no quadro encomendado a Pedro Américo, produto da recriação artística do pintor, onde, entre outras inexatidões, se retrata **D. Pedro** cercado pela Guarda Imperial (os hoje chamados de Dragões da Independência), antes mesmo dele ser proclamado Imperador.

O **Monumento à Independência do Brasil**, também chamado de Monumento do Ipiranga ou Altar da Pátria, é um conjunto escultórico em granito e bronze pertencente ao Parque da Independência. Localiza-se na cidade de São Paulo, às margens do Riacho do Ipiranga.

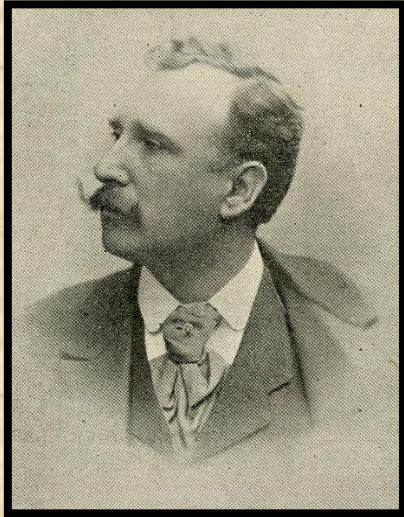


Face frontal: painel em alto-relevo denominado "Independência ou Morte"; e no topo, o grupo escultórico *Marcha Triunfal da Nação Brasileira*

(Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_%C3%A0_Independ%C3%Aancia_do_Brasil)

A emancipação política brasileira está eternizada em bronze, às margens do córrego do **Ipiranga**, nas 131 peças que formam o **Monumento à Independência**, sobre ampla base de pedra e mármore. Implantada nos jardins do Museu Paulista (conhecido como Museu do Ipiranga, por estar localizado no bairro que foi palco do

histórico acontecimento), a obra do italiano **Ettore Ximenes** foi inaugurada em 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do centenário da independência, mas só foi totalmente concluído quatro anos depois.



Ettone Ximenes

(Fonte Ettone: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ettore_Ximenes.jpg)



Altino Arantes Marques

(Fonte Altino: <http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=14108320>)

A história da criação do monumento começa em 1917, durante o período de **Altino Arantes Marques** como chefe do Executivo paulista (durante a chamada República velha, de 1889 a 1930, o cargo era de presidente de Estado), quando o governo organizou um concurso para a escolha de uma obra que marcasse os cem anos da **Independência**. A competição foi aberta a artistas brasileiros e estrangeiros, que apresentaram projetos e maquetes. Estas foram expostas no Palácio das Indústrias (que, a partir de 1947, seria a sede do Parlamento estadual paulista).

O concurso causou controvérsia. Representantes do meio cultural da época "entre os quais **Mário de Andrade** e **Monteiro Lobato**" criticaram a participação de artistas estrangeiros e a composição da comissão julgadora. O projeto apresentado por **Ximenes** também não foi unanimidade entre os jurados, que apontaram a ausência de elementos mais representativos do processo de independência nacional (de acordo com o noticiário da época, o projeto era, na verdade, uma encomenda do czar Nicolau II, da Rússia, abortada pela eclosão da revolução de 1917). Foi então alterado, com a inclusão de episódios e personalidades, como a

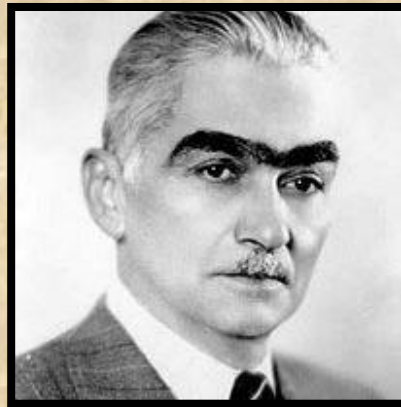
Revolução Pernambucana de 1817, a **Inconfidência Mineira** (1789) e as figuras de **José Bonifácio de Andrada e Silva**, **Hipólito da Costa**, **Diogo Antônio Feijó** e **Joaquim Gonçalves Ledo**.



Mario de Andrades

(Fonte Andrades: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/13/Mario_de_andrade_1928b.png)

Fonte Lobato: <https://contobrasileiro.com.br/tag/conto-de-monteiro-lobato/>)



Monteiro Lobato



Hipólito da Costa

(Fonte Hipólito: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hip%C3%B3lito_da_Costa)

(Fonte Feijó: https://www.sohistoria.com.br/biografias/feijo/index_clip_image002.jpg)



Diogo Antônio Feijó

Com orçamento inicial de 1,3 mil contos de réis, a obra acabou custando o dobro. Para a base do monumento, que tem 12 m de altura (mais 9 m que avançam em subsolo), foi utilizado granito cinza de Carrara (Itália). Foi montada uma fundição para produzir as peças de bronze, que representam os personagens e fatos históricos ligados à independência do Brasil.

Ao longo do tempo, a obra passou por mudanças. Em 1952 foi acesa a pira do **Altar da Pátria**. No ano seguinte começou a ser construída, no interior do monumento, a **Capela Imperial**, com a cripta que receberia, em 1954, os despojos da **Imperatriz Dona Leopoldina**, aos quais se reuniriam, em 1972, os de **Dom Pedro I**

e, posteriormente, os restos mortais de **D. Amélia**, segunda imperatriz do Brasil.



Dona Leopoldina, Dom Pedro I e Dona Amélia

(Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/-8Wfas1wwDrM/UShGU1ggEil/AAAAAADS0/IsIG9bAGnJk/s1600/imperial.png>)

Em 2000 um novo espaço foi criado no interior, permitindo ao público ter acesso às entranhas do monumento. Essa intervenção, concebida pelo Departamento do Patrimônio Histórico da prefeitura paulistana, incluiu ainda novos acessos à Capela Imperial, a construção de uma escada monumental, sanitários, áreas de apoio e serviços. Externamente, foram restaurados os grupos escultóricos. O painel Independência ou Morte recebeu intervenção interna e externa.



Altar da Pátria

(Fonte altar: https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQfgD_njRKmz4iQH-9UvjWxjo1vTWj8vdJcrKEXI2D3gZPzAcjMpBWZibuJNaghI671W9E&usqp=CAU)



Capela Imperial na cripta do Monumento ao Ipiranga

(Fonte Capela: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQVSW8hlxKV6WANkZRfp-Xdysu20xCGOxMhwhCgjKwRCLbb8ZRFfLQNfC57NecyHipS34&usqp=CAU>)

Pintura

A pintura ***Independência ou Morte***, de Pedro Américo, aparece constantemente em livros didáticos no Brasil, tornando-se assim uma "imagem canônica" no ensino de história do Brasil. Nos livros, a pintura serve para ilustrar o ato de fundação da nacionalidade brasileira, mostrando que a passagem para a situação da independência é o resultado de um brado. Essa interpretação, recorrente, representa o **grito do Ipiranga** como uma direção, num ato personalizado e centralizado no monarca.



Pedro Américo

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/92/Pedro_Am%C3%A9rico.jpg/280px-Pedro_Am%C3%A9rico.jpg)

A obra de **Pedro Américo** tornou-se representação oficial da independência, às vezes a referência a ser desconstruída, para a representação da **Independência do Brasil**. Tal importância fez com que esta influenciasse outras produções, dentre as quais se destaca o frontão do Monumento à Independência do Brasil, que emula a obra de Américo. Mas também, criar uma versão alternativa à do heroísmo e do triunfalismo de **D. Pedro**, retratados por Américo, marcou, por exemplo, a produção de obras de destaque em exposições para a celebração do **Centenário da Independência do Brasil**, como *Sessão do Conselho de Estado*, de Georgina de Albuquerque, e *Hino da Independência*, de Augusto Bracet.

No quadro de Albuquerque, o protagonismo da declaração da independência é assumido por **D. Maria Leopoldina**, numa cena em que ela aparece deliberando com o Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil a orientação para que **D. Pedro I** encerrasse a

colonização do Brasil por Portugal. No quadro de Bracet, Dom Pedro aparece como protagonista da separação com Portugal, mas num ambiente doméstico e numa atitude jovial, compondo o Hino da Independência.



Independência ou Morte (1888), de Pedro Américo.

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/41/Pedro_Am%C3%A9rico_-_Independ%C3%Aancia_ou_Morte_-_cores_ajustadas.jpg/700px-Pedro_Am%C3%A9rico_-_Independ%C3%Aancia_ou_Morte_-_cores_ajustadas.jpg)



Sessão do Conselho de Estado (1922), de Georgina de Albuquerque.

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/16/Maria_Leopoldina_regent.jpg/1200px-Maria_Leopoldina_regent.jpg)



Primeiros Sons do Hino da Independência (1922), de Augusto Bracet.

(Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c0/Dom_Pedro_compondo_hino_da_independencia.jpg/1200px-Dom_Pedro_compondo_hino_da_independencia.jpg)

Bibliografia

- Andrade, F.R. 2016. *Ettore Ximenes: monumentos e encomendas (1855-1926)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. 159 p.
- Armitage, J. 1981. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Barman, R. J. 1999. *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891*. Stanford: Stanford University Press. 576 p.
- Benci, J. 1702. *Economia Cristã dos Senhores do Governo dos Escravos*. São Paulo: Grijalbo. 26 p.
- Boxer, C. R. 2011. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras. ISBN 8535902929. 426 p.
- Bueno, J. B. G. 2013. *Tecendo reflexões sobre as imagens pictóricas (do final do século XIX e início do século XX) utilizadas nos livros didáticos no Brasil*. Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil on-line. 1 (1). Arquivado do original em 11 de maio de 2018.
- Cavalcanti Simioni, A. P. 2014. *Les portraits de l'Impératrice. Genre et politique dans la peinture d'histoire du Brésil*. Nuevo mundo mundos nuevos. ISSN 1626-0252. doi:10.4000/nuevomundo.66390
- Diégues, F. 2004. *A revolução brasílica*. Rio de Janeiro: Objetiva. 312p.
- Dolhnikoff, M. 2005. *Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo. 336 p.
- Gomes, L. 2010. *1822*. Nova Fronteira. ISBN 85-209-2409-3. 376 p.
- Holanda, S. B. de. 1976. *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. Vol. 3, 460p.
- Lima, M. de O. 1997. *O movimento da independência*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Lustosa, I. 2007. *D. Pedro I.*, São Paulo: Companhia das Letras. 368p.
- Neto, J. B. 2017. *A Problemática do Ensino da História nos Textos e nas Imagens dos Livros Didáticos*. Tópicos Educacionais. 13 (1-2). ISSN 2448-0215

- Skidmore, T. E. 2003. *Uma História do Brasil* 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra. ISBN 8521903138. 358 p.
- Vainfas, R. 2002. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva. 752 p.
- Vianna, H. 1994. *História do Brasil: período colonial, monarquia e república*. 15ª ed. São Paulo: Melhoramentos. 676 p.